

CORREIO
CENTRO-OESTE

DIVULGAÇÃO/MPGO



Três universidades usam o documento como referência em livro

DF: cartilha da Defensoria Pública vira tema de pesquisa universitária

A cartilha Dicionário Antirracista: Termos para Eliminar do seu Vocabulário (2024), produzida pela Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF), passou a integrar a base teórica de um capítulo de livro elaborado por pesquisadoras da Universidade Federal do Paraná (UFPR) sobre linguagem racista e resistência. A obra será publicada em formato de e-book, com organização de docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Universidade de Buenos Aires (UBA) e conta com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e distribuição gratuita. Segundo as autoras, a publicação contribui para o debate acadêmico sobre linguagem e racismo e amplia o uso da produção da DPDF em pesquisas voltadas ao letramento racial e à produção de conhecimento sobre o tema.

Inversão noturna de faixa na DF-001 é suspensa

A faixa reversa da DF-001 entre o Pistão Sul, em Taguatinga (DF), e o viaduto de Samambaia (DF) deixou de operar no período das 17h30 às 19h45. A medida torna definitiva a suspensão iniciada em caráter experimental em 30 de junho, após estudos técnicos apontarem que a inversão de fluxo provocava congestionamentos no sentido da BR-060 em direção ao Plano Piloto. Já a faixa reversa das 6h às 9h foi mantida, pois as análises indicaram melhora na fluidez do trânsito no sentido Plano Piloto, segundo os testes.

DIVULGAÇÃO/AGÊNCIA BRASÍLIA



Fluxo matinal na DF-001 permanece em operação

DF: Justiça ordena recuperação de área degradada

A Justiça do Distrito Federal manteve a decisão que obriga os proprietários e herdeiros de um imóvel na Área de Proteção Ambiental (APA) da Bacia do Rio Descoberto a elaborar e executar um Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD). A medida atende à ação do DF por danos causados pela extração irregular de areia e cascalho em Alexandre Gusmão, em Taguatinga. O colegiado também reafirmou que a obrigação ambiental acompanha o imóvel, mesmo quando os atuais donos não foram os responsáveis diretos pelos danos.

DF debate área da APA do Rio São Bartolomeu

O Distrito Federal abriu consulta pública para proposta de criação da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Estância Pinheiros, no Jardim Botânico. A área prevista tem 2,75 hectares. A medida atende ao rezonamento da Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio São Bartolomeu e às exigências do licenciamento do parcelamento da Estância Pinheiros. A consulta tem o prazo de 20 dias desde sua publicação.

Inteligência Artificial

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (Alems), em Campo Grande (MS), realizará, na terça-feira (14), às 15h, uma conferência no Plenarinho Deputado Nelito Câmara receberá uma conferência sobre a aprovação de projetos e licenças urbanísticas municipais por inteligência artificial (IA), proposta pelo deputado Paulo Corrêa (PL).

Mobilidade Urbana

A prefeitura de Rondonópolis (MT) abriu um questionário virtual para atualizar o Plano Municipal de Mobilidade Urbana. A consulta, no site da prefeitura, vai contribuir para definir ações para os próximos 10 anos. Os participantes podem informar hábitos de deslocamento, condições das vias, calçadas, ciclovias e transporte coletivo.

Economia de energia

Entre esta segunda (13) e quarta-feira (15), a prefeitura de Jataí, em parceria com a Equatorial Goiás, realiza o Mutirão Pelo Cliente Todo Dia, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania. A programação inclui a oferta de troca de lâmpadas, o sorteio de ventiladores, qualificação profissional e serviços gratuitos.

Legislativo

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (Alems), em Campo Grande (MS), realizará, na quarta-feira (15), reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) e da Frente Parlamentar de Avicultura. Os encontros ocorrerão no plenarinho, às 8h e às 15h. Entre eles, haverá sessão ordinária no plenário Júlio Maia.

Dinheiro ilícito

A Polícia Civil de Mato Grosso deflagrou a Operação Adsumus para cumprir 17 ordens judiciais contra investigados por integrar uma facção criminosa em Rondonópolis (MT). O grupo usava jogos de azar e bingos para ocultar dinheiro ilícito. As ações ocorreram também em Cuiabá (MT), Várzea Grande (MT) e Tangará da Serra (MT).

Honraria militar

O deputado Rubens Marques (PSB) realiza, hoje (13), às 19h, uma sessão solene no Plenário Iris Rezende, da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego), em Goiânia (GO). Durante a cerimônia, 46 integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de Goiás receberão a Medalha do Mérito Legislativo Pedro Ludovico Teixeira.



Caso investiga 30 pessoas por possível tráfico de drogas interestadual

MPGO retoma no STJ investigação de um possível grupo criminoso

O caso havia sido interrompido após o TJGO acolher habeas corpus

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) restabeleceu a investigação sobre uma suposta organização criminosa ligada ao tráfico interestadual de drogas e à lavagem de dinheiro após um recurso que foi apresentado pelo Ministério Público de Goiás (MPGO).

A decisão anulou o trancamento do inquérito determinado pela 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO) e fixou o prazo de 120 dias para a conclusão.

A apuração começou em março de 2019 e reúne suspeitas de tráfico de entorpecentes, associação para o tráfico, organização criminosa e lavagem de capitais.

Segundo o MPGO, o grupo teria atuado em Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Maranhão. As investigações identificaram mais de 30 pessoas e, pelo menos, nove pessoas jurídicas apontadas como integrantes ou facilitadoras das atividades ilícitas.

A movimentação financeira atribuída ao esquema supera R\$ 40 milhões.

O caso chegou ao TJGO por meio de habeas corpus apresentado pela defesa de um dos investigados. O pedido alegava excesso de prazo para a conclusão do inquérito.

A 4ª Câmara Criminal acolheu o argumento, reconhe-

ceu o constrangimento ilegal e estendeu os efeitos da decisão aos demais envolvidos na investigação, interrompendo a perseguição penal.

Após o julgamento, o MPGO apresentou embargos de declaração. A instituição sustentou que a decisão não considerou a complexidade da apuração, o número de investigados nem as atribuições constitucionais na condução da perseguição penal.

Os embargos foram rejeitados. Na sequência, o Núcleo Especializado em Recursos Constitucionais recorreu ao STJ por meio de recurso especial. Ao examinar o caso, a relatora afirmou que o trancamento de investigação criminal é medida excepcional.

Segundo a decisão, esse tipo de providência somente é cabível quando há atipicidade da conduta, extinção da punibilidade ou ausência manifesta de justa causa, situações que não ficaram demonstradas no processo.

A relatora destacou que o prazo para conclusão com investigado solto não é absoluto e pode ser prorrogado. Para o STJ, as características da apuração e a necessidade de novas diligências justificam a continuidade do procedimento até sua conclusão dentro do prazo estabelecido.